



## **A invenção do passado e a construção do presente: imprensa e memória no longo fim da ditadura civil-militar (1974-1985)**

**João Batista Teófilo Silva\***

Pensar na construção de memórias sobre o golpe e a ditadura a partir dos jornais cearenses *Correio da Semana* e *O Povo*, durante o processo de abertura política, pressupõe trazer à tona algumas questões importantes na condução das reflexões aqui feitas. Essa problemática permite compreender as relações de consentimento e legitimação encetadas nos discursos que dão conta de *recontar* o que significou para esses jornais o golpe de 1964, ato inaugural de uma ditadura que duraria 21 anos.

Antes, porém, considero oportuno situar historicamente, ainda que de forma pontual, os dois jornais aqui em discussão. O *Correio da Semana*, jornal católico fundado em 1918 na cidade de Sobral, interior do Ceará, é um semanário católico, ligado à Diocese da cidade. Embora sua pauta estivesse fortemente marcada por questões ligadas à Igreja e à própria Diocese, estampou em suas páginas questões políticas de âmbito nacional, sobretudo, referentes ao regime então em vigor. Circulou não apenas na cidade de Sobral, mas, também, em algumas cidades da região Norte do Ceará, entre os círculos religiosos, uma vez que era distribuído para paróquias de cidades próximas a Sobral e, ainda que em menores proporções, para alguns Estados vizinhos.<sup>1</sup> O jornal *O Povo*, por sua vez, foi fundado em 1918, na cidade de Fortaleza. De circulação diária, o jornal se consolidou, durante os anos 1970 e 1980<sup>2</sup>, como um dos maiores veículos de comunicação impressa do estado. Um de seus fundadores, Paulo Sarasate, cumpre lembrar, foi político ligado à União Democrática Nacional (UDN), e, posteriormente, à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido da ditadura. Embora suas estruturas, alcance de público e condições de produção sejam diferenciadas, guardam entre si pontos em comum: não somente viram a consumação e consolidação de uma ditadura, como foram entusiastas do regime e dos militares.

---

\* Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Núcleo de Estudos Culturais: História, Memória e Perspectiva de Presente (NEC/PUC-SP) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Email: joaoteofilo.hist@gmail.com

<sup>1</sup> Informações repassadas por Zuleika Ximenes Viana, funcionária da Diocese de Sobral que, no contexto estudado, atuou como secretária do jornal *Correio da Semana*. VIANA, Zuleika Ximenes. Sobral – CE, 12 de junho de 2013. Entrevista realizada pelo autor.

<sup>2</sup> VIDAL, Márcia. **Imprensa e Poder: O I e II veteranos (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

A construção social da memória é uma operação que se dá no presente<sup>3</sup> e busca dar sentido ao passado, através de múltiplas representações. Passado que, certamente, busca legitimar o presente e o futuro. É uma operação, entretanto, que longe de ser estática ou presa a um tempo específico, é permeada por conflitos, tensões, e eivada de questões políticas. A construção da memória, aliás, é um ato político, sendo importante indagar as disputas que a envolvem, a conjuntura histórica na qual elas se dão e os sujeitos envolvidos. Importa indagar, igualmente, que em se tratando de um fenômeno não estático, não cristalizado, a cada conjuntura, a cada mudança nas correlações de forças do presente, as memórias podem sofrer reconstruções.

A construção e reconstrução dessa memória, não devemos perder de vista, pressupõe, conseqüentemente, a construção e reconstrução do esquecimento. A memória não é *una*, é *vária*. De modo que é uma operação permeada por processos de disputa que buscam intervir nesse passado, desqualificando memórias e histórias, procurando atribuir um sentido único a uma experiência que é extremamente parcial, forjando protagonistas e antagonistas nos processos históricos, relegando memórias e sujeitos ao ostracismo. Enfim, operando em um enquadramento da memória<sup>4</sup>, engendrando uma paisagem específica para o passado.

A imprensa é um espaço privilegiado para a construção de memórias. É, aliás, um elemento constitutivo de memórias, sendo imprescindível ao historiador indagar:

(...) de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/futuro.<sup>5</sup>

O processo de abertura política, iniciado em 1974, se distancia em dez anos do golpe de 1964. Há, pois, uma distância temporal que contribui, de certa forma, para a consolidação de elementos discursivos muito recorrentes nessa *memória golpista* – como, por exemplo, de que havia um contexto caótico e um governo que pretendia dar um golpe comunista, por um lado, e que os militares vieram trazer o progresso e a ordem para o Brasil, por outro - , que é

<sup>3</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.25.

<sup>4</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

<sup>5</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. **Projeto História**, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 265.



reavivada nas comemorações oficiais<sup>6</sup>, no discurso governista, na propaganda oficial e por setores da imprensa brasileira que, muitas vezes, ecoam esses elementos, atuando como espaço de legitimação do *status quo* ditatorial. Essa legitimação não somente valida a versão golpista para os acontecimentos de 1964, mas também a própria ditadura, justificando sua existência.

É interessante perceber, para início de conversa, como o jornal *O Povo* se coloca como veículo de comunicação e como essa posição é articulada com o próprio contexto ditatorial. Por ocasião da comemoração de seus 46 anos de fundação e da inauguração de sua nova sede, em janeiro de 1974 - o que denota, nesse contexto, a expansão do jornal como empresa e seu processo de consolidação como um dos maiores veículos da imprensa cearense -, o *O Povo* se coloca para os seus leitores como

Político e revolucionário, eis uma tradição do O POVO. Não haveria de faltar agora com a sua simpatia e o seu apoio à Revolução de 64, pelos princípios que a nortearam e pelos objetivos que se propôs. Não abdica, porém, do direito de sugestão, crítica e discrepância, mas o exercita sem ânimo de contestação. *Porque a intenção que o move é o da colaboração e seu desejo é o de que a Revolução alcance as suas metas econômicas, sociais e políticas, institucionalizando-se definitivamente e ingressando no estado de Direito a que todos almejamos. (...)*<sup>7</sup>

É, pois, um apoio explícito à ditadura, que também se deixa notar em outras ocasiões, nas quais a tônica dos discursos caminha no sentido de legitimar o golpe de 1964, alçando-o à condição de revolução saneadora, que teria, segundo a memória golpista, livrado o país de um caos e inaugurado uma nova época, um novo Brasil. Para além de demonstrar essa legitimação, que se constata em editoriais, colunas de opinião e reportagens, o próprio jornal se coloca como revolucionário, com um discurso afinado à ditadura, enfatizando o seu colaboracionismo, ainda que coloque não abdicar do direito da crítica, mas apressando-se, como numa correção, a dizer que o faz sem contestar. Ou seja, busca, de certa forma, suavizar o que viria a ser essa crítica.

Ainda na ocasião de inauguração da sua nova sede - o edifício que leva o nome de um dos fundadores do jornal, Demócrito Rocha - cabe assinalar a presença do então governador do Ceará, César Cals, que em seu discurso apontou o jornal *O Povo* como um espaço

<sup>6</sup> As datas oficiais, como fora naquela conjuntura o 31 de março de 1964, são fortemente estruturas do ponto de vista político. Quando se busca enquadrar a memória através de datas oficialmente selecionadas para comemorações nacionais, há muitas vezes o problema de luta política. Cf. POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, p. 203.

<sup>7</sup> "Política". Jornal *O Povo*, 08/01/1974, p.3. Grifos meus.

“acolhedor” para todos aqueles chegaram “(...) à função pública por vontade da Revolução de março de 64”<sup>8</sup>, além de enfatizar a amizade existente entre Paulo Sarasate e o ex-presidente Castelo Branco<sup>9</sup>. Isso nos indica a boa relação do jornal com as autoridades constituídas da época, que não está restrita somente ao campo do discurso, ao apoio demonstrado em suas páginas, mas denota uma relação de amizade que, aliás, é ressaltada por Cals, ao colocar que “Paulo Sarasate, que esteve ao lado de Castelo Branco, era o homem de quem o ex-Presidente buscava informações sobre o Ceará, sobre o Nordeste, sobre o Brasil, tal a sintonia que ligava os dois grandes revolucionários”.<sup>10</sup> Em 1º de abril de 1977, na reportagem intitulada “Governo e povo unidos na comemoração da Revolução”<sup>11</sup>, temos uma foto da missa em comemoração ao golpe, na qual está presente, ao lado de autoridades civis e militares da época, a presidente do jornal *O Povo* e ex-primeira dama do Ceará, Albanisa Sarasate, demonstrando ser não somente uma pessoa ligada a um veículo de comunicação, mas, também, uma pessoa ligada à elite local que se faz presente em cerimônias oficiais, prestigiando a ditadura.

Essa memória em relação a 1964 traz consigo o reforço das justificativas que dão conta dos propósitos do golpe, colocados como uma reação à “ameaça” da “ditadura comunista”, como também se esforçam em apresentar o percurso dos governos militares, conferindo a essa memória o *status* de história. Trata-se, aliás, de uma memória que o jornal ajuda a engendrar e que não se limita somente aos anos 1960 e 1970, quando a ditadura vivenciou seu ápice, seja na repressão às oposições, seja porque se vivia o chamado “milagre econômico”. Mesmo na década de 1980, marcada já pela anistia, pelo fim dos atos institucionais e pelo avanço dos espaços de contestação ao regime, o jornal *O Povo* mostra-se fiel aos postulados autoritários, colocando que:

(...) nenhum brasileiro pode ter dúvida de que hoje *os ideais do movimento de 64 foram o restabelecimento da democracia e a garantia da liberdade*. Se essas não fossem as metas dos militares que se apoderaram do poder naquela data, os Presidentes sucessivos não teriam feito juramento nesse sentido, nem muito menos

<sup>8</sup> “O Povo, jornal com alma cearense, com alma revolucionária, com alma desenvolvimentista”. Jornal **O Povo**, 07/01/1974, p.1.

<sup>9</sup> Segundo a jornalista Márcia Vidal, “(...) a pessoa de destaque mais ligada a Castelo Branco era justamente Paulo Sarasate”. Cf. VIDAL, Márcia. Op. Cit. p. 87; Em entrevista, o ex colunista e ex diretor administrativo do jornal, Pedro Henrique Antero, enfatiza a amizade entre Castelo Branco e Paulo Sarasate, inclusive informando que esse último chegou a receber do então presidente convite para assumir ministério, mas que não o aceitou por problemas de saúde. ANTERO, Pedro Henrique. Fortaleza, 09 de julho de 2013. Entrevista realizada pelo autor.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> “Governo e povo unidos na comemoração da Revolução”. Jornal **O Povo**, 01/04/1977, p. 9.

Geisel e Figueiredo teriam tomado as medidas finais para a restauração completa do estado de direito. Isso não quer dizer que o processo não tenha sofrido recuos, decorrentes tanto de avaliações errôneas e talvez insinceras de alguns grupos, como também de circunstâncias objetivas adversas. O Governo de Costa e Silva teve que enfrentar a guerrilha urbana, enquanto o presidente Médici foi obrigado a deslocar tropas para combater a subversão organizada na região amazônica. *Todos se recordam que a ordem constitucional foi rompida em 1964, para se pôr fim à desordem e às ameaças de implantação de uma ditadura de esquerda.* Entre os agitadores da época, destacava-se Leonel Brizola, para quem o País necessitava não de um Congresso mas de um fuzil na mão de cada brasileiro (...). O Presidente da República está de cabeça erguida para exigir de todos os brasileiros e autoridades políticas o cumprimento estrito da Constituição e das leis do País. Para isso ele conta com o apoio do povo e das Forças Armadas, que, mais do que nunca, têm compromisso com a democracia e a liberdade.<sup>12</sup>

A coluna de Pedro Henrique Antero faz uma associação paradoxal entre golpe e democracia. Ou seja, o colunista se põe a recontar essa história embasada na memória golpista que coloca como propósito do “movimento de 64” o “restabelecimento da democracia e a garantia da liberdade”. Enseja, sem dúvida, a construção de uma imagem positiva, que fala do passado, mas, ao mesmo tempo, legitima uma situação posta naquele presente, e não deixa ser, igualmente, uma atualização do passado no presente.

Essa memória a qual aludo sobre o golpe e a ditadura, estão presentes nos jornais analisados a partir de uma perspectiva que se quer histórica. Ou seja, essas memórias, que atendem a interesses específicos, constrói protagonistas e antagonistas, e negligencia sujeitos, pois também faz parte desse processo, como já mencionei, a produção do próprio esquecimento e a denegação.<sup>13</sup> O que há, sem dúvidas, é uma equivalência entre memória e história. Os jornais, ao determinarem o que deve ser contado e como deve ser contado, estão atuando como senhores da memória, e é preciso não perder de vista que o caráter arbitrário da produção dessa memória está no cerne das lutas e disputas que marcam sua produção social, que se quer hegemônica. Tomando de empréstimos as reflexões de Laura Antunes Maciel:

(...) a natureza histórica da constituição do jornal como o lugar de uma escrita pública, hegemônica que se sobrepõe a outras narrativas e escritas e se produz como o lugar da interpretação autorizada sobre os acontecimentos do presente (...) que ‘aprisiona’ a explicação do presente a partir de seus argumentos e interpretações, obscurecendo a correlação de forças sociais nas quais esse texto é forjado.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> “Acertar o passo”. Jornal **O Povo**, 22/11/1983, p.4.

<sup>13</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 41.

<sup>14</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 39.

As memórias que o jornal *O Povo* traz sobre o golpe de 1964 e as articulações que faz com a ditadura e aquele presente indicam que, mesmo em se tratando de um contexto marcado pelo processo de abertura política, ainda que *lento, seguro e gradual*, o que prevalece nessa revisitação ao passado é um olhar conivente com as forças da ditadura. Não há, como poderia sugerir certa memória que coloca a imprensa nesse contexto como um agente que atuou no campo da resistência, qualquer contestação ao golpe ou desmistificação de seus propósitos ditos democratizantes. O que se percebe, no entanto, é a construção de uma história, que se quer objetiva, descritiva e exata do passado tal qual ele ocorrera, mas que traz, em seu íntimo, a memória golpista. Aliás, que a reforça, busca um consenso e um convencimento da opinião pública. Por outro lado, atua, também, na construção do esquecimento, deixando de fora as vítimas do regime, aqueles que tombaram diante do arbítrio, a essa altura já do conhecimento de parte da sociedade e mesmo já abordada em algumas ocasiões pelo próprio jornal *O Povo*.

Em relação ao jornal *Correio da Semana*, encontra-se, em um editorial publicado em junho de 1974, o seguinte diagnóstico sobre os efeitos do golpe de março de 64, colocando-o, tal qual fizera o jornal *O Povo*, no mesmo patamar salvacionista, remontando igualmente à memória golpista para falar do passado

Decorridos dez anos da revolução, a nação brasileira ainda sente alguns efeitos benéficos de sua ação saneadora. Não fora uma atitude enérgica, no momento oportuno, não sabemos com teria sido possível salvarmo-nos do caos em que a nação estava mergulhada com o desgoverno de um Presidente que já não tinha força para impor a ordem e coibir os desatinos dos oportunistas que se apresentavam como salvadores da pátria. Depois do primeiro impacto, da derrubada de um governo desmoralizado e desacreditado pelo povo, seguiu-se o inquérito para apurar a responsabilidade dos falsos políticos, oportunistas, subversivos, corruptos e outros elementos do mesmo jaez. E como todos os bons brasileiros esperavam, a ação saneadora veio com suas sanções ora enérgicas, ora mais branda, merecendo, no entanto, o aplauso do grande público.<sup>15</sup>

Ao revisitar os acontecimentos e evidenciar seus efeitos, decorridos dez anos, o jornal *Correio da Semana* enfatiza o golpe como um divisor de águas, e seu olhar sobre o evento é complacente. Importante não deixar de notar que os conflitos entre o estado ditatorial e a Igreja Católica, que inclusive foram noticiados anteriormente pelo próprio jornal em fins dos anos 1960 e no início da década de 1970, não enseja por parte do *Correio da Semana* uma leitura que venha trazer, também, a existência desses conflitos como parte do sistema

---

<sup>15</sup> “Efeitos da revolução”. Jornal *Correio da Semana*, 22/06/1974, p. 1.



repressivo montando no Brasil a partir de 1964, que vitimou os setores ditos mais progressistas da Igreja.<sup>16</sup> A análise que o jornal faz, como deixa evidente o editorial em questão, é bastante positiva, e chega mesmo a representar um contraste quando considerado os atritos aos quais me refiro, consequências diretas do golpe, louvado aí pelo jornal como um ato benfeitor.

Esse contraste não deixa de significar uma evidência do caráter polifônico de um jornal e uma postura ambivalente que marcam a produção jornalística e mesmo a atuação de sujeitos e segmentos sociais frente aos eventos históricos e as forças políticas que os permeiam.

O jornal *Correio da Semana* retoma, ao mesmo tempo em que legitima o golpe e a ditadura, a memória sobre um passado pré-64 estigmatizado como um tempo de caos e desordem, e de um governo que o jornal deslegitima, colocando-o como “desacreditado pelo povo”. Ou seja, reforçam-se no editorial os elementos comuns à memória golpista, quais sejam: uma revolução saneadora, que teria livrado o Brasil de um “caos”, retomando a mesma perspectiva salvacionista defendida pelos militares golpistas. O jornal, inclusive, coloca quem seriam os ditos inimigos desta “revolução”: falsos políticos, corruptos, oportunistas e subversivos, sem, contudo, nomeá-los. Isso nos impede de evidenciar melhor o caráter dessa construção, apontando os nomes e filiações daqueles a quem o jornal atribui as características citadas.

Sobre os “inimigos” aí colocados, importa trazer à discussão um breve parêntese para pontuar que um dos objetivos políticos básicos do golpe, na visão de Marcos Napolitano,

(...) era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Sobre os conflitos existentes entre a ditadura e a Igreja Católica, ver: LÖWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 305-321; SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, e MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil** (1916-1985). Trad. Heloisa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>17</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 70.

Nesse mesmo editorial, o jornal faz uma referência à fala do então Ministro da Justiça, o cearense Armando Falcão, a respeito da não elegibilidade dos políticos que foram cassados pelo golpe de 64:

O Ministro da Justiça Armando Falcão, em recente entrevista a imprensa, declarou que os políticos que foram punidos com merecidas cassações, não se poderiam candidatar-se a cargos eletivos. Excelente atitude... E que, em alguns Estados da nação, já se pressentia a presença de alguns políticos cuja cassação ora terminava, e que ainda não exemplados, desejavam cargos eletivos, pondo em perigo a tranquilidade da nação. Louvamos a posição do Ministro Armando Falcão. Esses elementos ainda não podem merecer a confiança dos eleitores da nação. O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos.<sup>18</sup>

Mais que legitimar a postura punitiva da ditadura que retirou da cena política a partir do golpe aqueles que poderiam representar um empecilho para o regime, fica evidente no editorial que o jornal *Correio da Semana* corrobora o que seria, para o regime, os seus inimigos, colocando-os como um perigo para a “tranquilidade da nação”, caso pudessem, novamente, concorrer às eleições e voltar à cena política do país. Tal discurso reforça os atributos salvacionistas e redentores que essa memória atribui ao golpe, e mesmo denota que ela, por se constituir a partir da articulação que se faz entre passado e presente, está recorrendo às preocupações desse presente – no caso, uma preocupação, evidentemente, ligada à manutenção do *status quo* da ditadura, ao fazer uso de estratégias arbitrárias para manter longe da política institucional seus opositores derrotados em 1964 -, para legitimar o passado, ou seja, o golpe. Como indica Laborie, essa memória “(...) Entre diversos outros fatores (...) se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente”.<sup>19</sup>

Outro ponto a ser destacado refere-se às questões em torno desta “revolução”, que não ficam somente restritas ao campo do passado. Nessa articulação entre tempos distintos que o jornal faz, rememoram-se certos fragmentos, como o caos e a ideia de ação saneadora, por exemplo. Põe-se, também, o que seriam as preocupações do presente, uma vez que o “perigo” daqueles tempos ainda seria iminente, ilustrado, acima, pelos políticos cassados em 1964, remetendo-os aos “fantasmas” do período. Ênfase: “O sacrifício foi muito grande, para se

<sup>18</sup> “Efeitos da revolução”. Jornal *Correio da Semana*, 22/06/1974, p. 1.

<sup>19</sup> LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMNERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 80.



correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos”.

Também no ano de 1974, em coluna que se refere à independência do Brasil, escrita por José Walmir Lira Cavalcante, o jornal *Correio da Semana*, ao fazer uma leitura sobre o evento a partir de um viés heróico, coloca que:

1822-1974. Cento e cinquenta e dois anos de vida como nação independente. Desde as lutas, para a consolidação do novo regime até a afirmação total de nação soberana e livre. Desde o reinado à República, no objetivo de atingir o seu grande destino. Através esse [sic] espaço de tempo o solo generoso da Pátria foi regado pelo sangue e suor de muitos dos nossos antepassados, nas lutas, no desbravamento e na ocupação do grande rincão. Trabalho constante, nos campos e nas oficinas procurando tornar o país mais rico. Aprendizado constante nas escolas procurando tornar o país mais culto. Procura constante das melhores soluções dos seus problemas internos e externos a fim de tornar o país mais nobre. Marcha constante dos homens de bem no sentido de transportar o país para a posição que ele verdadeiramente merece, ligados todos por este *imenso sentimento de brasilidade tão bem despertado após a revolução de março de 1964*.<sup>20</sup>

É simbólico que a data do 7 de setembro sirva de pretexto para o jornal se referir ao golpe. A independência do Brasil, como marco fundador, é articulada, neste presente, com o golpe de 1964, colocando, para esse último, a condição de um evento que ajudou a despertar um “sentimento de brasilidade”. Trata-se da equivalência de dois fatos históricos considerados fundadores pela história oficial, na qual se articula e se reelabora dois passados, duas histórias, nas quais determinadas forças políticas e agentes históricos são forjados como heróis. Por fim, a constatação feita pelo jornal de que o golpe de 1964 despertara este “sentimento de brasilidade”, nos ajuda a inferir o poder da propaganda governamental e mesmo a utilização, pela ditadura, de certa simbologia patriótica que interliga as datas do 7 de setembro e o 31 de março. Tal articulação histórica, que não é própria do jornal, mas que parte, sobretudo, do discurso do regime, nos ajuda a entender como duas representações do passado se fazem presentes no contexto em questão, contribuindo, inegavelmente, para a constituição desta memória golpista, objeto da análise em questão.

Em relação à problemática aqui levantada, o que diferencia a atuação do jornal *Correio da Semana* em relação à do jornal *O Povo*, está no fato de que o primeiro, apesar de fazer uma leitura condescendente sobre o golpe de 1964, como deixou claro os discursos aqui colocados referentes ao ano de 1974, passa os anos seguintes do período de abertura sem

---

<sup>20</sup> “O grito do Ipiranga”. Jornal *Correio da Semana*, 07/07/1974, p. 4. Grifos meus.



referir-se ao golpe e à ditadura tomando como eixo essa memória golpista que o alça à condição de revolução. Esse silêncio, essa indiferença, podem ser indicativos de que o avanço do processo de abertura política e mesmo o surgimento de uma atuação mais contundente de setores da Igreja no campo da contestação ao regime, tenham feito o jornal, de certa forma, a adotar outra postura em relação à questão, embora, é preciso deixar claro, não implique na adoção de uma perspectiva contestadora, que venha a, explicitamente, reconsiderar o que antes fora dito sobre esta “revolução” ou fazer uma defesa das forças políticas derrotadas em 1964. Para o historiador, evidentemente, é difícil explicitar os silêncios, ainda que não devamos deixá-los passar despercebidos, tentando encontrar neles um sentido histórico; de modo que essa indiferença e esse silêncio, se não indicam um posicionamento deslegitimador em relação ao golpe, pelo menos evidenciam que fazer uma leitura apaixonada do golpe não fizera mais parte dos propósitos editoriais do jornal *Correio da Semana*.

Em relação ao *O Povo*, mesmo já no início da década de 1980 e já tendo o jornal publicado críticas pontuais à ditadura, ainda encontramos uma memória baseada na ideia do golpe como uma revolução redentora, sacralizando 1964 como o ano que o Brasil fora salvo da “ameaça” comunista e expurgado as forças políticas subversivas que não comungavam com os postulados “revolucionários”. Essa insistência na ideia do golpe de 1964 como revolução, denota que não existe no jornal *O Povo* um recorte temporal no qual se estabeleça uma guinada editorial rumo a uma postura contestadora, ou, como sugerem certos historiadores, de qualquer *arrependimento* sobre ter dado apoio ao golpe e à ditadura, motivado pelas circunstâncias políticas que trouxeram o AI-5 e o acirramento da censura, por exemplo, ou mesmo quando, no fim dessa, casos como tortura, morte e desaparecimentos tenham vindo à tona, para conhecimento da sociedade<sup>21</sup>. Ou seja, não há qualquer ruptura que venha a mudar profundamente as relações de consentimento entre o jornal e o regime autoritário, pois mesmo nos estertores da ditadura, persiste esta perspectiva colaboracionista e, conseqüentemente, as várias dimensões que ela enseja, como os silêncios sobre os derrotados em 1964, a constituição dos militares como os protagonistas deste processo histórico e, por conseguinte, os opositores do regime, sejam os derrotados em 1964, seja

---

<sup>21</sup> Segundo Reis, no começo dos anos 1970, apesar do esforço dos homens e da propaganda do regime, disseminava-se a ideia de que existia uma violenta ditadura no Brasil, contribuindo para isso as denúncias, cada vez mais numerosas, da existência da tortura como política de Estado. REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 84.



aqueles que se colocaram durante o período de consolidação da ditadura, como os antagonistas personificados em comunistas, subversivos, oportunistas, demagógicos etc.

Compreender essa revisitação sobre 1964 e a maneira como os jornais *Correio da Semana* e *O Povo* se referiram à ditadura, ou seja, a articulação que se fez entre passado e o presente, e a produção de memórias que essa articulação engendra, é um ponto de partida essencial, pois tal compreensão se faz necessária e não pode estar dissociada das problematizações que farei acerca da atuação desses jornais em relação ao processo de abertura política e as lutas que o permeou. Entender, portanto, como esses jornais se colocaram em relação a essas questões, dá indicativos, de certa forma, das relações que se estabeleceram entre esses jornais e o regime ditatorial, ponto, sem dúvida, fundamental.

A memória que aí se constitui sobre o golpe de 1964 e a ditadura, não se faz, portanto, desarticulada daquele presente. Ou seja, essa articulação, para além de legitimar a ditadura e os agentes que a representam, nos deixa antever o lugar social no qual se constitui essa memória, e qual correlação de forças ele indica, quais sejam: dois jornais que, embora tenham naturezas editoriais diferenciadas, atuam, pouco divergindo, no campo do colaboracionismo no qual se situa muito jornais brasileiros, constituindo um dos pilares básicos que deu sustentação à ditadura civil-militar.

### **Referências bibliográficas**

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. **Projeto História**, São Paulo, n.35, dez. 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMNERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LÖWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.



MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil** (1916-1985). Trad. Heloisa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e Poder**: O I e II veteranos (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.